

# AVANÇOS

ROGÉRIO MORI

Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP)

**A**PÓS CERCA de dez meses, a reforma da previdência teve o seu processo finalizado no Congresso Nacional. Esse resultado melhora a percepção acerca da sustentabilidade das contas públicas brasileiras. De fato, desde o início da década, o resultado fiscal do governo federal registra uma franca deterioração, levando a uma aceleração no seu ritmo de endividamento. A trajetória apresentada, caso nada fosse feito, apontava para um risco de insolvência do Governo no médio prazo.

Sob essa perspectiva, o sistema previdenciário destacava-se como um elemento central no contexto da piora das contas públicas. O envelhecimento populacional, aliado aos aumentos reais do salário-mínimo praticados em governos anteriores (que afetam diretamente o piso dos benefícios do INSS), levou a um quadro deficitário em termos do sistema previdenciário. Esse cenário só tende a se agravar dado o aumento da expectativa de vida aliado ao envelhecimento da população.

Nesse sentido, a reforma da previdência representa o primeiro passo na correção da rota fiscal, mas o processo de ajustes na economia brasileira está longe de ser concluído. O atual quadro das contas públicas praticamente elimina qualquer capacidade de investimento que o governo federal possa ter. O comportamento dos gastos públicos, associado ao teto existente, força o Governo a

cortar gastos discricionários para evitar que esse limite seja rompido. Com isso, os cortes de investimentos do lado do Governo são inevitáveis.

Desta forma, faz-se urgente uma correção maior do lado dos gastos públicos, como forma de recapacitar a União em torno do seu potencial de investimentos. Esse é um aspecto fundamental no contexto de possibilitar uma retomada mais robusta do crescimento econômico brasileiro no médio prazo.

A reforma tributária também se mostra fundamental no âmbito da modernização da economia brasileira. O atual sistema tributário brasileiro é constituído por uma miríade de impostos e contribuições que impõe uma ineficiência enorme ao sistema econômico. Boa parte das propostas de reforma presentes no Congresso aponta para a fusão de impostos como forma de melhorar a eficiência dos sistemas tributário e econômico. Esse seria um passo importante para avançar no processo de reformas da economia brasileira.

Infelizmente, estamos nos meses finais de 2019, com pouco tempo para avançar reformas no campo fiscal que seriam essenciais ao País. As propostas de reforma tributária existentes nasceram no âmbito do próprio Congresso Nacional, não havendo um envio efetivo de uma proposta do lado do governo federal. É difícil imaginar que uma proposta seja levada adiante apenas por

voluntarismo de alguns parlamentares sem que o Governo exerça um esforço de coordenação política. Esse fato, aliado à proximidade do encerramento do ano parlamentar, sinaliza que não teremos avanços nessa direção.

Do lado dos gastos públicos, as indicações também não são muito animadoras. Apesar de o presidente da Câmara dos Deputados ter apontado para a necessidade de uma reforma administrativa, nada avançou no Executivo ou no Congresso. Em outras palavras, é muito pouco provável que algo avance nessa direção ainda em 2019.

O ano de 2020, apesar da urgência dos temas apontados, será curto do ponto de vista da possibilidade de estabelecer avanços efetivos. Isso decorre do fato de que será um ano eleitoral e que as eleições municipais dominarão a cena no segundo semestre do ano. Desta forma, a não ser que o governo federal assumas as rédeas dessas questões e elas sejam priorizadas como agenda, é pouco provável que avanços no sentido reformista sejam levados adiante no ano que vem.

Em síntese, pode-se dizer que o ano de 2019 trouxe avanços para a economia brasileira e que as perspectivas são um pouco melhores. No entanto, não é possível afirmar que, a partir de agora, a retomada do crescimento econômico se dará em bases mais amplas nos próximos anos. ■